Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul
GAB. CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

DECISÃO SINGULAR	:	**DSG-G.ICN-4675/2013**
PROCESSO TC/MS	:	118965/2012
PROTOCOLO	:	1366601
ÓRGÃO	:	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL
ORDENADOR (A) DE DESPESAS	:	CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS PEREIRA
CARGO DO ORDENADOR (A)	:	DIRETOR-PRESIDENTE
ASSUNTO DO PROCESSO	:	CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 16/2012
RELATOR	:	CONS. IRAN COELHO DAS NEVES
CONTRATADO (A)	:	IRMÃOS ROQUE LTDA. - ME
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	:	INEXIGIBILIDADE
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GUINCHAMENTO PARA RECOLHIMENTO, REMOÇÃO E SAÍDA DE VEÍCULOS POR APREENSÃO, RETENÇÃO, RECOLHIMENTO OU LEILÃO NOS PÁTIOS DO DETRAN/MS, COM O OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SEDE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, NA CIRCUNSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS.
VALOR INICIAL DA CONTRATAÇÃO	:	R$ 90.000,00

EMENTA: CONTRATO ADMINISTRATIVO. 1ª FASE. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM GUINCHAMENTO PARA RECOLHIMENTO, REMOÇÃO E SAÍDA DE VEÍCULOS POR APREENSÃO, RETENÇÃO, RECOLHIMENTO OU LEILÃO NOS PÁTIOS DO DETRAN/MS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SEDE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO, NA CIRCUNSCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE/MS. INEXIGIBILIDADE DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL. PROCESSO REGULAR E LEGAL.

I – RELATÓRIO:

O processo em epígrafe se refere à análise da formalização do Contrato Administrativo nº 16/2012 (peça 11), iniciado pela Inexigibilidade de Licitação,



firmado entre o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL - DETRAN/MS**, CNPJ/MF n° 01.560.929/0001-38, neste ato representado pelo Diretor-Presidente, Sr. Carlos Henrique dos Santos Pereira, CPF nº 356.587.891-68, como Contratante, e a empresa **IRMÃOS ROQUE LTDA. - ME,** CNPJ nº 05.850.693/0001-25, representado neste ato pelo Sr. Roberto Roque dos Santos Vieira, CPF n° 067.239.498-70, como Contratada, conforme competência estabelecida pelo artigo 77, II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul e artigo 21, II, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012.

Como objeto, a presente obrigação visa à contratação de empresa especializada em serviços de guinchamento para recolhimento, remoção e saída de veículos por apreensão, retenção, recolhimento ou leilão nos pátios do DETRAN/MS, em conformidade com as especificações constantes da Portaria DETRAN/MS "N" nº 96, de 19/03/2009, em atendimento às necessidades da sede do Departamento Estadual de Trânsito, na circunscrição do Município de Campo Grande/MS, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), com o prazo de vigência contado a partir de 01/08/2012 até 31/12/2012, podendo ser prorrogado conforme Portaria DETRAN/MS "N" nº 96 de 19/03/2009 e a Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

A Nota de Empenho n° 1767/2012, foi juntada aos autos à peça 12, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Foi publicado o extrato do contrato em 13/08/2012 (peça 13), e os documentos que constituem o processo foram encaminhados a esta Corte de Contas em 14/08/2012 (peça 01).

A 2ª Inspetoria de Controle Externo, através da análise conclusiva ANC–2ICE–2075/2013 (peça 14), se manifestou pela regularidade e legalidade da contratação



pública direta iniciada por Inexigibilidade de Licitação e da formalização do Contrato Administrativo nº 16/2012, nos termos do artigo 307 e artigo 311, I, da Resolução Normativa TCE/MS nº 57/2006.

O Ministério Público de Contas analisou os documentos acostados nos autos e por meio do parecer PAR–MPC – 3493/2013 (peça 20), opinou pela legalidade e regularidade da contratação direta por inexigibilidade de licitação e da formalização do Contrato Administrativo nº 161/2012, com lastro nas disposições insculpidas no artigo 311, I, c/c artigo 312, I (primeira parte), ambos da Resolução Normativa TC/MS nº 057 de 7 de junho de 2006.

Esta é a síntese dos fatos e documentos que constituem o processo.

II – DO MÉRITO:

O mérito da questão compreende a contratação pública realizada sem a Exigibilidade de Licitação e a formalização do Contrato Administrativo nº 16/2012.

A Nota de Empenho n° 1767/2012, já anexada aos autos, com o valor acima mencionado, atendeu as exigências da Lei Federal n° 4.320/64, assim como as estabelecidas na Instrução Normativa TC/MS n° 034/2010.

Deve ser ressaltado, que a publicação do extrato do contrato na data já destacada, obedeceu integralmente o prazo estabelecido pelo Parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal n° 8.666/93, bem como, do mesmo modo, o encaminhamento dos documentos que instruem o processo a esta Corte de Contas observou o prazo exigido pela Instrução Normativa TC/MS n° 034/2010.



Quanto à inexigibilidade do procedimento licitatório, este seguiu rigorosamente os ditames da Lei Federal n° 8.666/93 e suas posteriores alterações, principalmente as redações dos artigos 7º, § 2º, II, que trata da reserva de dotação orçamentária, que foi devidamente demonstrada no processo, artigos 25 "caput", II, que legisla sobre a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos de natureza singular, senão vejamos:

"**Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:**

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação".

Nesse sentido, o ilustre Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, JESSÉ TORRES PEREIRA JÚNIOR cuida do assunto asseverando que:

"**Licitação inexigível equivale a licitação inexigível equivale a licitação impossível; é inexigível porque é impossível; é impossível porque não há como promover-se a competição". Em regra exige-se a licitação, com vistas a obter a proposta mais vantajosa dentro de um universo de competidores.**

Assim, tem-se como adequada a modalidade selecionada, sendo esta apropriada para a solicitação do serviço que será realizado, em respeito à legislação que disciplina tal procedimento.



Da mesma forma, o contrato respeita os parâmetros legais estabelecidos pelo pacto firmado e encontra respaldo na legislação que o estabelece, ou seja, as redações dos artigos 60 e 61 da mesma lei, caracterizando com clareza e precisão as condições para a sua perfeita formalização.

Ante o exposto, com fundamento legal no artigo 77, II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, artigo 59, I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012, artigo 13, V, c/c artigo 311, I, e artigo 312, I, primeira parte, do Regimento Interno TC/MS, acolho o parecer ministerial e passo a decidir.

III – DECIDO:

1 – Pela **REGULARIDADE** e **LEGALIDADE** da contratação pública realizada através da INEXIGIBILIDADE de Licitação e da Formalização do Contrato Administrativo nº 16/2012, firmado entre o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE MATO GROSSO DO SUL - DETRAN/MS**, CNPJ/MF n° 01.560.929/0001-38, neste ato representado pelo Diretor-Presidente, Sr. Carlos Henrique dos Santos Pereira, CPF nº 356.587.891-68, como Contratante, e a empresa **IRMÃOS ROQUE LTDA. - ME,** CNPJ nº 05.850.693/0001-25, representada neste ato pelo Sr. Roberto Roque dos Santos Vieira, CPF n° 067.239.498-70, como Contratada;

2 – Pelo retorno dos autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo – 2ICE, para que aguarde a total execução financeira do contrato e, após verificadas as premissas dispostas no artigo 253 do Regimento Interno TC/MS, emita análise conclusiva;



3 – Pela comunicação deste julgamento aos interessados, nos termos do artigo 106 da Resolução Normativa nº 057/2006.

É a decisão.

Publique-se o julgamento no DOTCE/MS, em conformidade com o artigo 65 da Lei Complementar nº 160/2012.

Campo Grande/MS, 27 de Maio de 2013.

IRAN COELHO DAS NEVES

Conselheiro-Relator